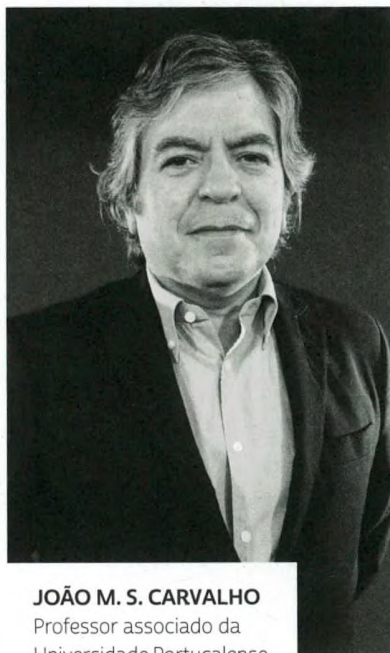




Felicidade, responsabilidade social e robustez organizacional

O professor e investigador defende que a felicidade das pessoas e a ligação à sociedade dependem, também, da relação que têm com as organizações onde trabalham.



JOÃO M. S. CARVALHO

Professor associado da Universidade Portucalense e investigador do REMIT, CICS.NOVA, InED e CEG



A ligação de qualquer indivíduo à sociedade passa muito pela sua atividade profissional, e isso implica uma relação, um vínculo, com as organizações em que se enquadram

Em que medida se pode cruzar a procura da felicidade individual, a robustez organizacional e a responsabilidade social?

Assumindo que todos procuramos a felicidade ao longo das nossas vidas, acabamos por constatar que ela nos acontece de forma intermitente e não contínua. Esta afirmação baseia-se na experiência acumulada ao longo de muitos anos de vida, pois não é tão perceptível quando somos jovens. E como a nossa vida se pauta, normalmente, por um percurso que relaciona e tenta equilibrar a vida pessoal e a vida laboral, chegamos à conclusão que é nestes domínios que a felicidade pode ser procurada e experimentada. Infelizmente, muitos seres humanos têm problemas graves ao nível da sobrevivência física e mental, assim como de sustentação económica. Porventura, podem ser felizes, utilizando a sua força espiritual, mas como seres materiais, a sua vida pode ser, aos olhos de quem vive "bem", um caminho de sofrimento.

No entanto, a ligação de qualquer indivíduo à sociedade passa muito pela sua atividade profissional, e isso implica uma relação, um vínculo, com as organizações em que se enquadram. Ora, as organizações, sendo um complexo de recursos que permitem criar os bens, serviços, ideias, experiências e informação que satisfazem as necessidades e desejos humanos, existem para servir as pessoas e não o contrário. Neste contexto, a responsabilidade social das organizações é evidente.

Primeiro, elas devem tentar satisfazer os seus stakeholders: clientes, consumidores, colaboradores, gestores, voluntários, fornecedores, distribuidores, reguladores, etc., todos aqueles que de algum modo podem ter inte-

resse ou influenciar a sua atividade económica. Aqui se pode enquadrar a questão da robustez organizacional, que se suporta em questões fundamentais da gestão, nomeadamente a liderança, o planeamento estratégico, a preparação e formação dos profissionais em termos de competências, motivação e flexibilidade, o assegurar, interna e externamente, dos recursos necessários para produzir, e a aprendizagem organizacional orientada para o mercado. Esta é uma receita de sobrevivência das organizações, que se repercute nos momentos possíveis de felicidade dos indivíduos.

No entanto, além de assegurar a sustentabilidade económica e financeira da organização, esta tem ainda obrigações éticas e legais para com a sociedade. Os seus comportamentos devem ser irrepreensíveis e exemplares nestes domínios, para que possamos confiar nela, acreditando que também nos aspetos da relação laboral poderemos ser felizes. Por último, a sua atividade discricionária em relação a comportamentos filantrópicos. Para mim, este tipo de atividade é meritório, pois sinaliza que os empresários partilham parte dos seus lucros com as populações mais vulneráveis. Contudo, não deve ser este o primeiro propósito para caracterizar uma organização como tendo responsabilidade social, mas sim tudo aquilo que ela faz em termos económicos, legais e éticos, contribuindo para a felicidade de muitos. A filantropia não deve ser usada para disfarçar a infelicidade criada na atividade das organizações.

Em resumo, o valor económico, social, ecológico e psicológico, criado por organizações robustas, é fundamental para que os cidadãos possam ter os seus momentos de felicidade relacionados com a sua vida profissional, acreditando que saberão ter os comportamentos ajustados, no tempo e no lugar, para que também possam ser felizes nas suas vidas pessoais em comunidade, nas famílias e na sua relação com o ambiente ecológico.